

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS EM 2006



Autores: Pilar Carvalho Guimarães - graduação em Ciências Sociais IFCH/UNICAMP. Contato: pilarcarvalhoguimaraes@gmail.com
Líliá Montali – orientadora – Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP/UNICAMP). Contato: lmontali@uol.com.br

Unidade: NEPP/UNICAMP.

Agência Financiadora: CNPq.

Palavras Chave: programas de transferência de renda, família, posição na família, arranjo domiciliar



Apresentação

Este trabalho refere-se a um ano de atividades como bolsista de Iniciação Científica vinculado ao projeto PQ financiado pelo CNPq, coordenado pela pesquisadora doutora Líliá Montali: **Família, trabalho e políticas sociais: mudanças e impactos sobre as famílias metropolitanas nas duas últimas décadas.**

No sub-projeto de Iniciação Científica “O Programa Bolsa Família na Região Metropolitana de Campinas em 2006” pretendeu-se fazer um levantamento preliminar da situação dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) para a região, através de indicadores de mercado de trabalho, frequência à escola, suficiência de renda, composição domiciliar, e outros. Caracterizando o total da população e também buscando especificidades na análise dos segmentos mais empobrecidos através da caracterização da parcela dos 50% mais pobres; sendo ainda feitas comparações entre as famílias beneficiárias e não beneficiárias do programa Bolsa Família pertencentes à mesma parcela da população – a saber, os 50% mais pobres.

Metodologia

O objetivo foi realizar uma análise pontual, um retrato do perfil dos beneficiários e não beneficiários do PBF para a Região Metropolitana de Campinas e para tal foram utilizados os dados da Pesquisa de Condições de Vida de 2006 (PCV 2006), no momento os únicos dados mais recentes sobre a Região Metropolitana de Campinas. Além destes, os últimos dados disponíveis de pesquisa domiciliar com as informações necessárias a esta pesquisa, que abrangeriam esta Região Metropolitana de Campinas seriam os do CENSO 2000 – IBGE.

Realizou-se análise comparada entre os dados das famílias que recebem o benefício e das que não recebem, pertencentes às mesmas parcelas de renda da população (total e 50% mais pobres). A partir destes dados discutiu-se a inserção no mercado de trabalho de acordo com posição na família, as taxas de desemprego, ocupação e inatividade entre membros dos domicílios, a permanência das crianças na escola, o trabalho infantil e a situação das mulheres no mercado de trabalho e os possíveis efeitos sobre a suficiência de renda para alimentação, transporte, medicamentos e pagamentos das contas, para os domicílios beneficiários e não beneficiários do PBF. Pretendemos com esta análise indicar o perfil vulnerável das famílias beneficiárias, mesmo quando comparadas à parcela dos 50% mais pobres da população não beneficiária de programas de transferência de renda.

Através desses dados, a primeira ideia era verificar através da análise comparada entre os 50% mais pobres beneficiários e não beneficiários se seria possível identificar elementos de mudanças que correspondessem aos objetivos do Programa Bolsa Família. Pretendia-se identificar seus efeitos sobre a permanência das crianças na escola, suprimento da alimentação, distanciamento das crianças do trabalho infantil, com a maior frequência a escola, o combate à pobreza de maneira geral. Procurava-se também, conhecer o perfil de inserção no mercado de trabalho das famílias beneficiárias e não beneficiárias dos mesmos decis de renda, considerando o pressuposto de diferenciação de inserção no mercado de trabalho de acordo com posição na família.

Entretanto, no desenvolvimento do trabalho, percebeu-se a impossibilidade dessa verificação através da análise comparada e a necessidade de comparação entre dois momentos distantes no tempo. Dessa forma decidimos realizar um retrato do perfil desses beneficiários do PBF, indicando sua vulnerabilidade até mesmo em comparação aos não beneficiários que estão entre os 50% mais pobres, atestando a necessidade de inserção em programas que auxiliem a saída do que alguns teóricos chamam de ciclo de reprodução da pobreza, através da garantia de acesso à direitos.

Discussão

Para a compreensão e análise dos micro dados disponíveis e dos cruzamentos realizados na pesquisa, fez-se necessária uma revisão bibliográfica sobre o tema das políticas sociais em geral, para situar o Programa Bolsa Família neste contexto de direito, cidadania, política pública e constituição dos programas de transferência de renda.

Os programas de transferência de renda são discutidos no cenário político atual como um dos possíveis instrumentos de redução da desigualdade econômica e alívio imediato da pobreza. Fazem parte das chamadas políticas focalizadas, na intenção de constituir mínimos sociais, com o objetivo de atender necessidade das famílias básicas de uma população. A transferência de renda seria um direito a ser viabilizado para que outros possam ser exercidos, seria uma ação transitória, visando construir melhorias em aspectos sociais mais permanentes; devendo estar associada a propostas de mudanças no modelo econômico, para que os mais pobres possam ser incluídos no processo de produção.

Em 2006 a institucionalização do PBF era recente, dois anos apenas, o que dificulta a percepção de impactos. Assim pretendeu-se demonstrar quem são essas famílias beneficiárias, o seu perfil, chamando atenção para a sua vulnerabilidade e justificando a focalização do programa.

Com base nos estudos de Montali (2004), considera-se que os arranjos familiares mais suscetíveis ao empobrecimento são aqueles nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes (que correspondem à etapa de constituição no ciclo vital da família); aqueles em que o casal tem idades entre 34 e 49 anos com a presença de filhos e/ou parentes (etapa de expansão do ciclo vital familiar) e as famílias chefiadas por mulher com a presença de filhos e/ou parentes. A hipótese dos pesquisadores é que apesar desses arranjos apresentarem composições distintas, sua composição domiciliar é desfavorável para a inserção de seus componentes no mercado de trabalho, com a presença elevada de crianças e adolescentes ou idosos estes arranjos apresentam elevadas taxas de dependência econômica por adulto.

De maneira geral percebe-se participação superior destes arranjos familiares vulneráveis ou mais suscetíveis ao empobrecimento na parcela dos 50% mais pobres da população, ou ainda com maior representação entre os 10% mais pobres da população, como é evidenciado na Tabela ao lado, e consequentemente com inserção mais elevada entre aqueles domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família, o que condiz com a focalização do programa. O percentual de ocupação, de desemprego e da parcela da população economicamente ativa dos indivíduos que compõem os domicílios beneficiários e os não beneficiários são bastante próximos - não corroborando as críticas ao PBF, que o acusariam de uma política paternalista, podendo ocorrer que ao receber o rendimento os beneficiários abandonariam fontes de emprego.

Considerações

Com a proposta de identificar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família para a Região Metropolitana de Campinas e a análise comparativa com os não beneficiários entre os 50% mais pobres da região, percebemos a validade das condicionalidades deste programa, no sentido de incentivar que uma parcela verificada e verdadeiramente vulnerável da população tenha acesso à direitos sociais que são garantidos a ela por lei, mas que justamente por tal vulnerabilidade, é dificultado por diversos fatores (distância, desconhecimento, entre outros). Dentre os 50% mais pobres da população, os domicílios beneficiários são aqueles ainda mais vulneráveis.

Neste retrato da RMC não foi possível comprovar evidências de que o PBF está melhorando as condições de vida das famílias, contribuindo para que tenham mais acesso à direitos sociais básicos, melhorando seu nível de consumo e elevando sua renda estável e aumentando seu poder de barganha e decisões em seus âmbitos pessoais e sociais. Somente na categoria de frequência escolar foi possível evidenciar algum tipo de mudança. Lembramos novamente do curto período de vigência do Bolsa Família no ano de 2006, que foi analisado e apontamos que os estudos de categorização nacional como o CEDEPLAR, 2007 e o Ibase, 2008 trazem consigo evidências empíricas encorajadoras.

O alto grau de tolerância das desigualdades sociais no nosso país deve chegar ao fim, assim como este modelo de desenvolvimento que exclui e segrega. A necessidade de se focar as políticas públicas nas crianças e adolescentes mais pobres com o oferecimento de uma educação de qualidade e de tempo integral é primordial para que o ciclo de reprodução de pobreza e vulnerabilidade se interrompam. Apesar de estar hoje propiciando resultados favoráveis, o PBF demanda outros programas complementares, que o auxiliem no atendimento dessa parcela da população que têm direito a alternativas e oportunidades. Só assim, as esferas de participação e emancipação popular poderão ser constituídas e construídas consciente e autonomamente, com o desenvolvimento de capacidades, aptidões e o conhecimento de direitos básicos, por uma parcela da população que se vê há séculos marginalizada.

Bibliografia Básica

- CEDEPLAR/UFMG, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Primeiros resultados da análise da linha de base da pesquisa de avaliação de impacto do Programa Bolsa Família. IN: **Avaliação de políticas e programas do MDS – Resultados. Volume 2: Bolsa Família e Assistência Social.** Brasília: Secretaria de avaliação e gestão da informação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2007.
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. <http://www.seade.gov.br/produtos/pcv/index.php>. Acesso em 17 de janeiro de 2011.
- IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas.** Relatório Técnico Preliminar. Rio de Janeiro. Jun / 2008.
- MONTALI, Líliá. **Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas -SP, v. 21, n. 2, p. 195-216, 2004.
- RÊGO, Walquíria Leão. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo: SP, n.º73, p. 147-185, 2008.

Distribuição dos domicílios por tipologia segundo decis do rendimento domiciliar per capita
Região Metropolitana de Campinas - 2006

	10% mais pobres	20% mais pobres	50% mais pobres	50% mais ricos	Total
Casais	68,33	72,35	69,71	94,21	70,85
Casal sem filhos	1,41	1,34	1,46	64,94	4,4
Casal com filhos e parentes	66,92	71,01	68,26	29,26	66,45
Casal até 34 anos com filhos e parentes	39,09	35,13	28,54	14,12	27,87
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	16,84	25,39	28,89	15,14	28,25
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	5,18	4,08	5,63	.	5,37
Chefe feminina sem cônjuge	30,83	26,69	27,68	5,79	26,67
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	30,83	25,16	23,82	5,79	22,99
Chefe feminina unipessoal	.	1,53	3,86	.	3,68
Chefe masculino sem cônjuge	0,83	0,96	2,6	.	2,48
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	0,83	0,96	2,27	.	2,17
Chefe masculino unipessoal	.	.	0,33	.	0,32
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Casa Civil. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – 2006.

Elaboração: TAVARES, Marcelo. MONTALI, Líliá. NEPP/UNICAMP.